

A “quase guerra”: mobilização brasileira para atacar o Paraguai em 1857-1858*

The “almost war”: Brazilian mobilization to attack Paraguay in 1857-1858

Adler Homero Fonseca de Castro

Historiador, mestre em História, pesquisador do IPHAN, do CEPHiME e da FUNCEB, sócio do IGHMB, autor de livros e artigos sobre história militar e preservação do patrimônio cultural.

RESUMO

Um dos problemas da história tradicional é trabalhar com eventos que *não* aconteceram. Não do ponto de vista de uma história contrafactual, virtual, mas sim de fatos reais, para os quais houve preparações, só que não tiveram o resultado final esperado. Este é o caso das ameaças de guerra, que ocorreram muitas vezes na história do Brasil, com profundos efeitos sobre a sociedade e situação política, mas que não terminaram em um conflito armado. Uma das menos conhecidas foi a preparação ocorrida em 1858 para forçar o Paraguai a negociar a abertura da navegação do Rio Paraguai para navios brasileiros. Envolvendo milhares de homens e diversos navios, vários comprados especificamente para a campanha, essas ações quase resultaram em uma guerra aberta. No entanto, seus efeitos não foram enfatizados, mesmo na própria época.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia, mobilização das Forças Armadas, Guerra do Paraguai

ABSTRACT

One of the problems of the traditional history is to work with events that *did not* happen. This not in terms of counterfactual history, a virtual one, but one of real facts, for which there were preparations, but that didn't have the expected results. This is the case of the war scares that were so common in the Brazilian History, with profound effects over society and the political situation, but that not resulted in armed conflict. One of the less known war scares was the preparations made in 1858 to force Paraguay to negotiate the opening of the Paraguay River to Brazilian shipping. Involving thousands of men and many warships, many of them bought specifically for the campaign, this actions, that almost resulted in an open war. However, their consequences were not emphasized, even at those times.

KEYWORDS: Diplomacy, armed forces mobilization, Paraguayan War

* Artigo recebido em 26 de agosto de 2016 e aprovado para publicação em 8 de novembro de 2017.

O PROBLEMA

Um dos aspectos mais complicados da história diplomática é trabalhar com períodos de tensão entre países, mas que não resultaram em um conflito aberto e declarado: por não ter havido hostilidades abertas, é fácil os desconsiderar como não tendo importância, a ponto de poderem passar despercebidos aos historiadores. Assim, os estudantes de História sabem da intervenção brasileira no Uruguai, no final da Guerra Grande (1851), da mesma forma que o envio da Esquadra brasileira para forçar o Paraguai a negociar a liberação da navegação fluvial, em 1855, é bem abordado pela historiografia. Também se conhece alguma coisa da outra “quase guerra” que ocorreu em meados do século XIX, a Questão Christie, em 1863, quando o Brasil, novamente, se preparou para um conflito contra a Inglaterra, rompendo as relações diplomáticas com aquele país (só reatadas em 1865) e comprando grande quantidade de material bélico que, mais tarde, seria usado contra o Paraguai – o exemplo mais conhecido sendo o Encouraçado *Brasil*, encomendado na França e que ficou pronto justo a tempo de participar do início das operações de guerra no Prata.

Por outro lado, poucos já ouviram falar sobre os riscos de guerra que não resultaram em hostilidades, como ocorreu entre o Brasil e a Inglaterra em 1844, no início da questão de limites no Norte do País (Questão do Pirara), ou em 1850, por causa das ações da Esquadra inglesa para reprimir o tráfico negreiro – isso apesar de no Brasil ter havido preparativos reais para o início de hostilidades com os britânicos nas duas ocasiões. O mesmo pode ser dito com relação aos preparativos em 1867, em plena Guerra do Paraguai, quando o Governo imperial julgou necessário reforçar as defesas no Rio Amazonas, construindo três fortes (em Óbidos, Santarém e Belém) rearmando outro, também em Belém, e criando uma flotilha de oito lanchas artilhadas no norte, preparando-se para a possibilidade de nossos vizinhos tentarem entrar no conflito no lado paraguaio.

O objetivo desse texto é tratar de uma dessas ameaças de guerra que não são

abordadas pelos livros de história: os planos brasileiros para invadir o Paraguai em 1857-1858 – um tema que passou em branco aos pesquisadores que trabalham com a Guerra do Paraguai, mas que certamente teve uma influência nos eventos posteriores, quando, de fato, o conflito aberto foi iniciado.

CONTEXTO HISTÓRICO

As questões militares com o Paraguai começaram em 1850, quando uma Força brasileira ocupou o “Fecho dos Morros” no Sul de Mato Grosso sem comunicar ao Governo paraguaio, sendo expulsa à força pelos paraguaios.¹ Esse evento, ligado à questão de fronteiras, poderia ser visto como um *casus belli* para ambos os participantes – morreram três brasileiros e oito paraguaios –, mas não gerou uma tensão maior, pelo menos no Brasil. Na verdade, foi um imenso erro diplomático, pois a ordem de ocupação fora emitida em 1847,² mas só fora executada anos depois, quando o Império estava negociando com o Governo do Paraguai um tratado de aliança defensiva em caso de guerra com a Argentina³ – um momento delicado, para dizer o mínimo. O tratado foi assinado, reconhecendo o direito paraguaio à linha de fronteiras por ele pretendida, mas não foi ratificado pelo Governo brasileiro.

Os incidentes resultaram em um mal-estar no Paraguai. Em 1853, o Encarregado de Negócios do Brasil em Assunção, Capitão-Tenente Felipe José Pereira Leal, apresentou um projeto de tratado de livre navegação do Rio Paraguai para liberar a navegação com o Mato Grosso. A resposta paraguaia foi contrária a essa medida até que se resolvessem os litígios de fronteira existentes.⁴ O Paraguai, em seguida, tomou medidas que não podiam deixar de ser vistas como ofensivas: ainda em 1853, o Governo paraguaio expulsou o encarregado de negócios brasileiro; no ano seguinte, tropas daquele país construíram oito fortes no Rio Apa, inclusive Bela Vista, na margem norte, área em disputa e se pretendeu a instalação de 20 fazendas de gado na região.⁵

Ações que certamente levaram a uma dura reação por parte do Governo brasileiro, o envio de uma Esquadra composta pela

de ser, o uso aberto da Força Militar feriu os brios do Governo de Carlos López, criou uma imensa desconfiança com relação às intenções do Império e levou o Paraguai a considerar seriamente a possibilidade de um conflito futuro, de forma que se preparou para isso: a construção da Fortaleza de Humaitá teve seu início nesse incidente de 1855. Para piorar a situação, o envio da Esquadra não atingiu o objetivo desejado: apesar do Paraguai já ter feito acordos semelhantes com outros países, os tratados assinados em Assunção, que davam amplos direitos à navegação do rio pelos dois países, não foram efetivados por causa de uma cláusula colocada pelos negociadores paraguaios, de que os termos do acordo de navegação só seriam efetivamente implantados após a resolução do problema de fronteiras.

Era um ponto delicado, pois o Governo paraguaio via esse assunto como central, enquanto o Brasil não o considerava da mesma maneira, preferindo protelar essa decisão, considerando que a posição paraguaia, em face da efetiva ocupação já existente da região entre o Apa e o Rio Branco por brasileiros, ficaria cada vez mais ameaçada com o passar do tempo. Isso por ter a proposta brasileira para a delimitação da fronteira seguido o *uti possidetis*, o princípio pelo qual quem controlava a terra seria seu proprietário. O Paraguai aceitava esse argumento, mas considerava que a sujeição de algumas tribos e a presença de uns poucos brasileiros que ocupavam a área não seriam suficientes para garantir a posse para o Império.¹⁴ Contudo, ao trabalhar com esse argumento, o Paraguai implicitamente reconhecia que não tinha controle efetivo sobre a área.

A diferença de modos de pensar a solução do problema diplomático-comercial levava a tensões – ao enviar sua missão diplomática ao Brasil, em 1855, o Presidente López chegou a determinar como seu emissário deveria proceder em caso de guerra, instruindo-o, de forma extremamente ingênua, a pedir um prazo de seis meses para o início das hostilidades.¹⁵ A situação aparentemente chegara a um extremo naquele momento, as tensões se reduzindo com a assinatura em 1856 de um tratado de navegação

e outro que adia a solução dos problemas de fronteira por seis anos, ou seja, até 1862. Contudo, o Paraguai fez uma surpreendente reviravolta em sua política. Inicialmente, o Presidente López, em suas instruções secretas a seu emissário escrevera que:

Repito também que não esqueça a explicação que lhe fiz verbalmente, de que, se o ministro brasileiro insistir, que o Governo do Paraguai reconhece e respeita desde já o perfeito direito do Brasil de chegar a Província de Mato Grosso ou aos Estados do Prata e que isso não depende de novos acordos entre os dois Governos, nem mesmo a respeito da fiscalização desse trânsito ou de mais tratados a respeito dos limites territoriais dos dois países ou a respeito de seu comércio recíproco.¹⁶

Contudo, a posição adotada pelo Governo paraguaio depois da assinatura do tratado foi outra, oposta, a de criar dificuldades para o livre trânsito de embarcações, a ponto de inviabilizar a já custosa navegação fluvial para o Mato Grosso. Os barcos eram forçados a parar por longos períodos de tempo nos portos de fiscalização paraguaios; eram obrigados, inclusive os navios de guerra, a usar práticos paraguaios; os passageiros deviam pagar impostos sucessivos e obrigatórios para visar seus passaportes em todos os portos de parada, além de ser exigida a presença de um guarda paraguaio, pago pelo navio em trânsito, até o Forte Olimpo, ao norte do Rio Branco, ponto que ficava bem além da área em litígio.¹⁷

As ações paraguaias chegaram ao ponto de provocação. Quando a Canhoneira *Mara-canã* aportou em Assunção, em 1857, o Governo paraguaio exigiu que fosse colocado um práctico a bordo. O comandante do navio imperial se recusou a isso, apesar de aceitar que um navio mercante que estava sendo comboiado pela belonave o recebesse. A questão, contudo, não parou aí. Segundo a Imprensa brasileira:

Esse incidente, porém, não se passou sem dar lugar a uma cena quixotesca, que parece estar mui-

to no caráter do Ex^{mo}. Presidente [López]. Quando se discutia a questão do prático, fez-se correr o boato de que o nosso vapor pretendia seguir certa noite sem esperar a solução do negócio que se discutia. Pôs-se em alarme toda a cidade. Nas fortalezas passou-se a noite com morrões acessos, e um vapor da Marinha paraguaia veio atravessar-se no rio para impedir o passo. Como se vê, S. Ex.^a não é de brincadeiras, e nem o apanham descalço. Como não deve estar orgulhoso o comandante do pequeno vapor 'Maracanã' por ter causado tanta bulha e alarme!¹⁸

Houve outro incidente quando o Governo paraguaio questionou o trânsito de um navio de guerra brasileiro, o *Paraguassu*, por este estar supostamente carregando armas.¹⁹ Só que deve ser lembrado que o transporte de armas não era vedado pelos acordos e, ao mesmo tempo, não era verdade, já que os documentos sobre envio de armamentos não mencionam material bélico naquela embarcação.²⁰ De qualquer forma, para evitar ofender o Governo paraguaio, todas as remessas de pessoal militar e material bélico para o Mato Grosso passaram a ser feitas por terra, apesar do altíssimo custo dessa operação e, repetimos, do tratado de navegação não vedar a movimentação de pessoal ou material militar.

Do ponto de vista brasileiro, era evidente que o Governo de López estava prevaricando para não cumprir o acordo de navegação e não permitir o livre trânsito de navios brasileiros para o Mato Grosso, contrariando o que o próprio Presidente López tinha determinado a seu representante diplomático no Rio de Janeiro. Segundo a avaliação de Rio Branco:

As medidas adotadas pela República, sem que precedesse acordo algum com o Governo imperial, não contrariam só a letra e espírito do tratado de navegação e comércio, ofendem igualmente a convenção preliminar de limites, visto como pressupõem um direito que não tem a República, de exclusiva jurisdição nas águas do

Rio Paraguai que correm entre o Forte Olimpo e o Apa.²¹

O Brasil emitiu uma nota de protesto, em 26 de janeiro de 1857, e em fevereiro o Conselho de Estado emitiu um parecer dizendo que a atitude paraguaia "era um insulto, uma ameaça à navegação, à segurança e aos interesses brasileiros na região"²². Dessa forma, foi enviado o embaixador brasileiro, José Maria do Amaral, para negociar o assunto. Contudo, ele não foi bem-sucedido – na verdade, partiu de Assunção acusando o Governo paraguaio de ter um comportamento ultrajante. Uma nova tentativa de resolver o problema através de negociações foi feita com o envio do Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco.

Para fins do presente artigo, podemos dizer que a maior parte dos livros de história menciona apenas essa nova missão diplomática brasileira, quando muito citando a reação negativa paraguaia às negociações, como é o caso de um relato de Paranhos:

Quando cheguei à Assunção, Sr. Presidente [do Senado], todas as disposições do Governo paraguaio eram bélicas. À minha aproximação, tinha havido um grande exercício de fogo entre as tropas da guarnição da cidade. Não me deixei, porém, impressionar por essas aparências; mostrei-me superior a tais demonstrações; mantive-me com prudência, mas com firmeza e dignidade do meu posto e sustentação dos direitos do Império.²³

Ou seja, a documentação coloca toda culpa da agressividade com o Governo do Paraguai, a solução pacífica para o problema sendo chegada por causa da ação diplomática do representante brasileiro, Paranhos. Mas o que escapou aos historiadores foi a sensação de ultraje no Brasil da época. Ao contrário do que tinha acontecido antes – mesmo com o envio da força do Chefe de Esquadra Oliveira –, o Governo brasileiro realmente se preparou para uma guerra e invasão do Paraguai, em força, com planos bem complexos e completos para desagrar a honra nacional.

A MOBILIZAÇÃO BRASILEIRA

Do ponto de vista de organização, foram diversos passos, alguns mais óbvios do que outros: as Forças Armadas no Brasil, como no resto do mundo, estavam passando por um período de transição em termos de equipamento, havendo ainda grandes estoques de armas de pederneira, perfeitamente utilizáveis, mas não tão modernas. Contudo, o ministro da Guerra determinou “que não se remeterá de ora em diante armamento algum para as Províncias de S. Pedro do Rio Grande do Sul e Mato Grosso que não seja de percussão”,²⁴ ordenando a imediata substituição das armas que deveriam ser enviadas para as zonas de operação dos corpos de Exército por outras de fulminante, mais modernas. Junto com essa ordem, ordenando-se o envio de 1.900 armas longas (700 delas raiadas),²⁵ para o Mato Grosso, encomenda que viria a ser ampliada para um total de 6.894 armas longas – isso além daquelas já enviadas anteriormente²⁶ –, em teoria, o suficiente para equipar todas as forças da província, com um bom estoque de reserva. Na prática, o número remetido foi bem inferior, apenas 1.700 (das quais 700 raiadas).²⁷

Além das armas portáteis, o ministro mandou que fossem enviados, pelo menos, duas peças de campanha de calibre 9, quatro de calibre 3, um obus de 5,5 polegadas e quatro canhões-obuses de 4,5 polegadas,²⁸ estes últimos eram o tipo mais moderno em uso no País. Invenção do General João Paulo dos Santos Barreto, em 1848, sendo capazes de disparar balas sólidas e granadas, apesar de serem de alma lisa. Além disso, deveriam ser remetidos seis modernos canhões-obuses Paixhans de calibre 30, requisitados à Marinha, bem apropriados para o uso em fortificações. No entanto, a remessa desses últimos foi cancelada, pois eram excessivamente pesados para transporte por terra, ao contrário do que era possível com os outros, mais leves, ainda que sua movimentação por terra fosse extremamente complicada – levaram vários meses para chegar no Mato Grosso.²⁹

Mais importante, em termos de mobilização de longo prazo, o Exército vinha fazendo experiências com armamento de precisão

desde 1851, mas esses ensaios tinham sido em pequena escala: apenas um batalhão no Rio de Janeiro e uma companhia no Rio Grande do Sul tinham recebido fuzis raiados. No entanto, a ameaça de um conflito maior levou a um grande investimento com a compra de armas: foi enviada uma missão à Europa, para sua aquisição, com a missão de encomendar 6.000 espingardas e 2.000 clavinhas de alma lisa, mais 6.100 armas longas raiadas, a Minié, além de 6.000 sabres, 3.000 pistolas (alma lisa) para cavalaria, e 5.000 terçados para infantaria e engenheiros – uma encomenda de 250 contos de réis,³⁰ ou pouco menos de cem milhões de dólares de hoje. Pode não parecer muito, mas foi a maior compra de equipamentos do gênero feita pelo Império até aquela data. Além do armamento, ordenou-se a aquisição de modelos de pontes de campanha e outros acessórios, além de pólvora, pois os estoques e, aparentemente, a produção da Fábrica da Estrela, do Exército, não foram julgados suficientes para a crise.

Muitos anos depois do incidente, um oficial do Exército apontava ainda outra medida que foi tomada, tendo em vista a preparação para uma possível guerra, se referindo à criação da Escola de Tiro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, organizada para formar instrutores que seriam enviados às unidades, para explicar o uso das novas armas raiadas:

Foi nos últimos meses do ano de 1857, quando as nossas relações diplomáticas achavam-se estremecidas no Rio da Prata, que o Governo, trocando os receios econômicos pela atenção que merecia os brios da Nação, entendeu dever a todo custo manter a honra militar da Pátria, lembrando-se para isso era mister instruir o soldado brasileiro na prática do tiro.³¹

Ainda em termos de preparo para a possível guerra, se cuidou de criar uma infraestrutura logística em Mato Grosso – o abastecimento e o funcionamento das instalações no Rio Grande do Sul não eram considerados como um problema, já que a província podia ser suprida facilmente por mar. Um dos passos para isso foi a fundação do Es-

tabelecimento Naval de Itapura – a única colônia militar administrada pela Marinha no Império. Também no Tietê foi criada a colônia militar de Avanhandava, ambas as colônias tendo a missão de facilitar a navegação pelos Rios Tietê e Paraná até o Mato Grosso – uma viagem que até então durava, na melhor das hipóteses, mais de 40 dias, atravessando 54 cachoeiras e dois saltos – mas que era feita inteiramente em território brasileiro.³² A montagem do Estabelecimento Naval não foi tarefa fácil: para se ter uma ideia, se deslocou para lá o Vapor *Tamandatahy*, de 28 toneladas³³. Esse barco, para poder passar por terra pelas cachoeiras, era desmontável, tendo sua maior peça apenas 175kg.³⁴

Além da criação do Estabelecimento Naval, se ampliou o Trem Naval – um pequeno arsenal –, que existia em Cuiabá, abrindo-se um crédito especial de cem contos de réis (cerca de 40 milhões de dólares de hoje) e enviando-se operários contratados no exterior para trabalharem no estabelecimento.³⁵

O Exército seguiu passos semelhantes para criar uma infraestrutura logística em Mato Grosso. O Arsenal de Guerra de Cuiabá foi melhorado, com um amplo edifício sendo erguido para receber máquinas e operários, que poderiam fazer consertos mais urgentes na própria província – foram enviadas ferramentas para 29 operários³⁶, tendo em vista complementar as já existentes na província. No contexto da crise, foi criada uma Companhia de Artífices, operários enquadrados no serviço militar, para reparo de equipamentos no Arsenal ou em campanha. Também foram enviados 17 escravos da nação, com formação em ofícios de pedreiros, carpinteiros e ferreiros,³⁷ para suplementar o pessoal que trabalhava nas 14 oficinas do Arsenal, que contava também com cinco armazéns de fardamento e armamento. Mais importante, remeteram-se máquinas para broquear e um molde para forjar canos, dando a entender que se pretendia instalar uma pequena fábrica de armas na Província.³⁸ Da mesma forma, se tentou estabelecer, no ano seguinte aos eventos narrados, uma fábrica de pólvora em Cuiabá, na tentativa de se aumentar a autonomia logística de Mato Grosso.³⁹

O envio de todo esse material para as fronteiras foi um pesadelo logístico: apenas

os objetos que claramente não tinham uma natureza bélica podiam seguir pela navegação do Rio Paraguai: tropas, artilharia, munição, reparos, armas portáteis e mesmo os operários do arsenal foram encaminhados para o Mato Grosso pela via terrestre, uma longa, complicada e cara viagem, os itens mais pesados indo pelo caminho do Tietê e Tibagi,⁴⁰ auxiliados pelos estabelecimentos no Avanhandava e Itapura. A quantidade de material encaminhado para o Mato Grosso por terra, contudo, foi relativamente pequena, só encontramos referência a uma remessa, de 648 volumes, transportados pelo Brigue *Desempenho*, até Santos, para serem encaminhados para a Província.⁴¹ Por via marítima, foram enviados 1.804 volumes para o Rio Grande do Sul e 1.460 para o Mato Grosso, pelos navios *Esperança*, *Lemmerier*, *Piá*, *Canôe*, e o Transporte *Iguaçu*, só esse último uma embarcação da Marinha, talvez para diminuir os receios paraguaios.

Finalmente, para apoiar a defesa da fronteira, iniciou-se a construção de quartéis e planejou-se construir nas proximidades de Miranda uma imensa fortificação – chamada de “praça de guerra”, a maior classificação das obras do gênero,⁴² mas isso não foi concluído.

PLANOS DE INVASÃO

Pouco se sabe sobre os efetivos planos de ação do Império com relação ao Paraguai. A documentação, contudo, nos aponta vários indícios. De início, o Corpo de Exército de Observação, que desde 1855 estava estacionado no Rio Grande do Sul, na cidade de São Gabriel, no centro da província, foi deslocado para a margem esquerda do Rio Ibicuí, próximo de Alegrete, de onde poderia ameaçar o Paraguai, passando pela província de Entre Rios – para isso, se obteve um acordo com a Argentina, para que as Forças imperiais pudessem passar por seu território.

A Força do Corpo de Exército era composta de dez unidades de linha: os 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, com 214 artilheiros; 2º, 3º, 4º e 5º Regimentos de Cavalaria Ligeira, com 1.511 cavaleiros; os 4º, 6º, 12º e 13º Batalhões de Infantaria e uma companhia de atiradores de precisão, com 2.427

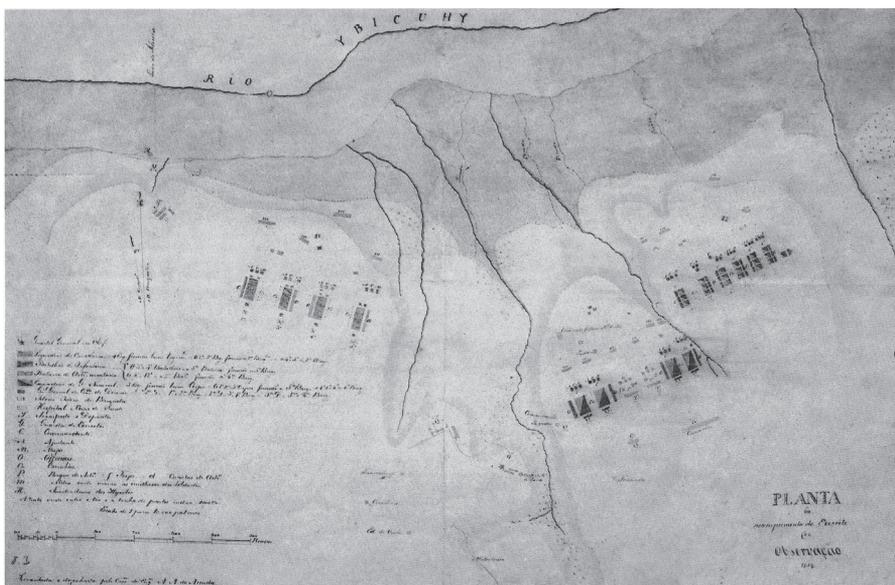


Figura 2: Planta do acampamento da Divisão de Observação no Ibicuí, 1858
 Fonte: ARRUDA, A. A. Planta do Rincão do Exército de Observação. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Mss. 06.04.1313

infantes. Em apoio, havia uma companhia de transportes (intendência), com 95 soldados, o total da Força de linha sendo de 4.247 homens. Para complementar o Corpo de Exército de Observação, foi criada uma divisão ligeira, de duas brigadas, cada uma com três corpos (regimentos) de Cavalaria da Guarda Nacional, com o efetivo de 2.532 homens – no total, seriam 6.779 soldados estacionados no Ibicuí. Em termos de recursos de movimentação, o Governo da província adquiriu três cavalos para cada praça montada, criando uma reserva de mais 6.000 animais para a tropa⁴³. Ou seja, era uma Força bem equipada para se deslocar e desenvolver operações bélicas contra o Paraguai.

Para não deixar as outras fronteiras descobertas em caso de incursões contra o Rio Grande do Sul, mais um regimento (reforçado, quase uma brigada) da Guarda Nacional, com 812 homens, foi destacado para a fronteira das Missões. A defesa de Bagé, na fronteira sul, foi complementada com 400 guardas e mais 1.448 soldados foram destacados nas fronteiras e em outros pontos da província. No todo, se mobilizaram 9.690 homens no Rio Grande do Sul, sendo que as Forças no Ibicuí passaram por um regime de treinamento, de forma a

adequar a Guarda Nacional aos padrões do Exército. Esse objetivo foi atingido, segundo a opinião do presidente da Província: “No acampamento de Ibicuí os corpos da Guarda Nacional rivalizavam em disciplina, instrução e asseio com os corpos de 1ª linha pelos esforços do muito digno marechal comandante do Exército, e de seus respectivos oficiais.”⁴⁴

Em teoria, em caso de uma emergência, toda a Guarda Nacional da província: 32.783 homens, dos quais 23.028 de serviço ativo, poderia ser chamada para a Guerra – o Decreto nº 2.029, de 18 de novembro de 1857, resolveu o problema legal, do uso dessa tropa fora do Império, apesar disso ser contra os termos explícitos da lei de organização da Força, que só autorizava o uso de corpos destacados internamente e isso “no caso de rebelião, ou de invasão repentina de inimigos”.⁴⁵

No Mato Grosso, se tentou montar outro Corpo de Exército, para atuar contra o norte do Paraguai. Lá a mobilização, contudo, era muito mais complicada: a Força de linha era bem mais reduzida, apesar de ter sido reforçada pouco antes pelo 2º Batalhão de Artilharia a Pé. Além dessa unidade, havia dois Corpos de Guarnição, no total dez companhias, um Corpo de Cavalaria de

Guarnição, com quatro companhias e uma Companhia de Pedestres, no total 1.460 homens. Deve-se ter em mente, contudo, que os Corpos de Guarnição e a Companhia de Pedestres normalmente não eram consideradas para ações no exterior. De fato, a Companhia de Pedestre, apesar de pertencer ao Exército, era uma força "fora da linha", ou seja, não era apropriada para o uso em combates contra Forças Militares, tendo uma função mais de polícia.

A Guarda Nacional da Província também não seria de grande ajuda, já que poucos anos antes contava apenas 3.643 homens para o serviço ativo e 620 na reserva,⁴⁶ e esses certamente não tinham o mesmo nível de preparação das Forças do Rio Grande do Sul, muito mais acostumadas a conflitos. De fato, os dados sobre o plano de guerra apontam que a Guarda Nacional não seria mobilizada no Mato Grosso para a invasão, apenas 330 soldados sendo chamados para serviço para substituir, na retaguarda, em funções policiais, as Forças do Exército deslocadas para a frente.⁴⁷

Como o efetivo de linha disponível era muito reduzido, o Governo do Império fez um grande esforço para reforçar a região, muito vulnerável a um contra-ataque paraguaio: ordenou-se o deslocamento do Esquadrão Provisório de Cavalaria da Província de Goiás, que deveria ter 400 homens (ou seja, o efetivo de um regimento) e se enviaram – por terra – quatro turmas de cem recrutas, com seus oficiais (412 homens), para reforçar as unidades de Mato Grosso. Estes ainda deveriam ser aumentados por mais 400 praças, enviadas do Rio de Janeiro, uma companhia de cavalaria (50 homens) e duas de caçadores (cem homens) de Minas Gerais, e duas companhias de caçadores de São Paulo (cem soldados), somados a cem homens de duas companhias de caçadores do Paraná, ou seja, se previa a formação de um corpo de Exército com um total de 2.750 soldados de linha.

Como essas tropas ainda eram consideradas insuficientes, "No caso de rompimento inevitável" de uma guerra, se esperava – de forma muito otimista – poder reunir cerca 3.100 índios, em diversas unidades de alistados, mais 763 voluntários para comba-

ter os paraguaios, mas esses efetivamente não foram chamados para o serviço.⁴⁸

A tropa regular foi concentrada e movida para Corumbá, onde recebeu treinamento e se preparou para as operações de guerra contra o Paraguai, apesar desses esforços não poderem ser considerados como bem-sucedidos.

A Marinha também foi preparada para o conflito: aumentou-se o efetivo da Companhia de Imperiais Marinheiros de Mato Grosso e se autorizou a criação de uma segunda companhia na mesma província. O Decreto 2.206, de 10 de julho de 1858, criando uma Estação Naval no Mato Grosso. Mais importante, foram encomendados no Brasil uma canhoneira, quatro patachos, quatro vapores, além de se ter mandado construir dez outras canhoneiras na Europa, duas dessas últimas sendo de ferro, próprias para operar no Rio Paraguai.⁴⁹ Esse é um fato importante, pois reflete as lições da Esquadra do Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira: uma das razões por que aquela expedição foi considerada um fracasso foi o fato dos navios empregados não serem adequados para operações ribeirinhas, por terem sido projetados para a guerra em mar aberto, tendo grandes calados, de forma que não tiveram condições de seguir até Assunção. A compra das canhoneiras, desenhadas especificamente para agir em rios, resolveria esse problema.

Entretanto, a urgência da compra das novas canhoneiras foi tanta que se aceitaram navios construídos de forma apressada, com madeira verde, tanto é que já estavam apresentando "sinais evidentes de estragos consideráveis" dez anos depois.⁵⁰ Outra medida extraordinária foi o aumento das tripulações, a ponto de se ultrapassar o número autorizado pelo Parlamento para tempos de paz, apesar de se terem desarmados diversos navios mais velhos, para reforçar os mais apropriados para o conflito no Paraguai.⁵¹

Somando as Forças do Exército e as da Divisão Naval reunidas no final de 1858, foram reunidos 11.000 homens para o possível ataque ao Paraguai pelas três frentes previstas: Mato Grosso, a partir do acampamento de Ibicuí e a Marinha, pelo Rio Paraguai.

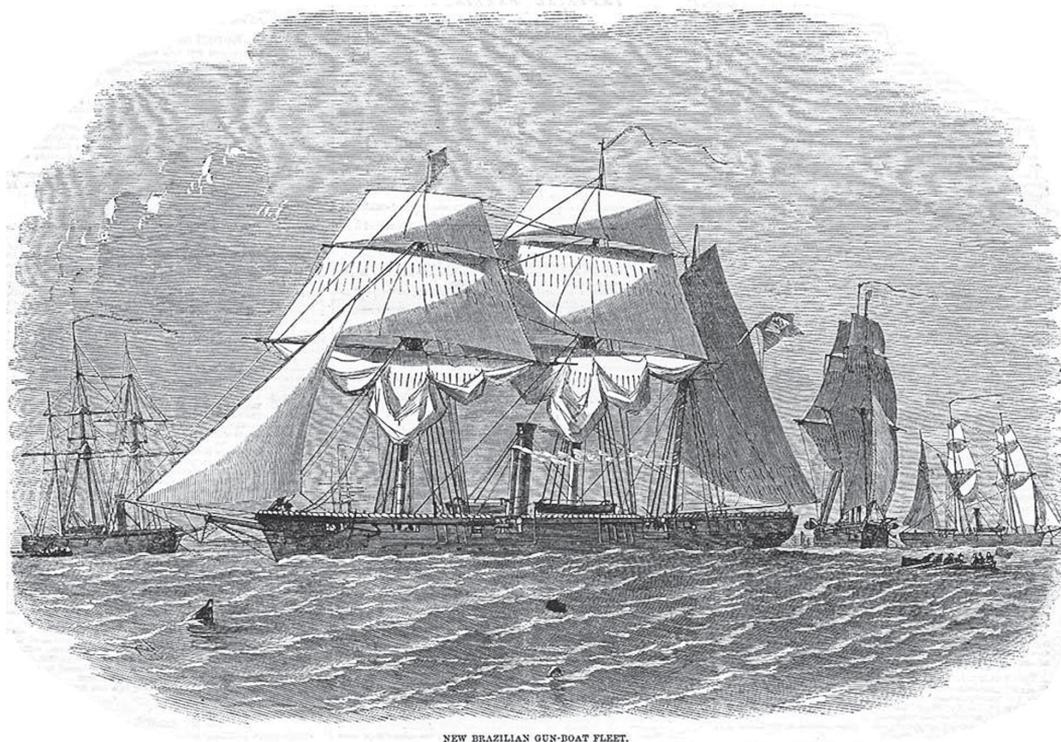


Figura 3: Nova frota de canhoneiras brasileiras, com alguns dos navios comprados em 1858
 Fonte: *Illustrated London News*, nr. 42. Outubro de 1858

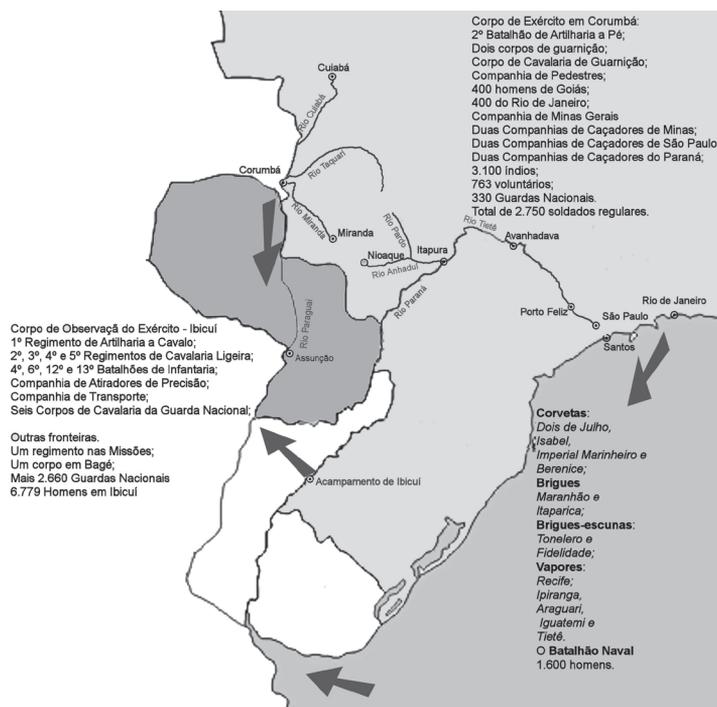


Figura 4: Unidades mobilizadas para atacar o Paraguai
 Fonte: desenho do autor

A DESMOBILIZAÇÃO

Os preparativos acima delineados não resultaram em um conflito: a missão do Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, do ponto de vista dos interesses imediatos do Brasil, foi bem-sucedida, assinando-se tratados que garantiam efetivamente a navegação do Rio Paraguai, apesar do trânsito de navios de guerra continuar limitado. Os corpos de Exército foram dissolvidos⁵² e as Forças reunidas para atacar o Paraguai foram dispersas por suas províncias, algumas até extintas, como foi o caso da Companhia de Atiradores de Precisão. A Guarda Nacional chamada para serviço foi dispensada – em 1859 só havia 189 guardas nacionais em serviço no Rio Grande do Sul.⁵³

A Esquadra reunida para as operações ainda fez um exercício, possivelmente para “mostrar seus músculos”: em dezembro de 1858, uma divisão em operações, com os navios das Estações do Rio de Janeiro e do Prata se reuniu em Santa Catarina com o seguinte efetivo: Corvetas *Dois de Julho, Isabel, Imperial Marinheiro e Berenice*; Brigues *Maranhão e Itaparica*; Brigues-Escunas *Tonelero e Fidelidade*; Vapor de roda: *Recife*; de hélices: *Ipiranga, Araguari, Iguatemi e Tietê* –, estes três últimos parte da encomenda feita na Inglaterra para a guerra. Eram 13 navios, 120 canhões e 1.600 marinheiros, com todo o Batalhão Naval (500 praças), tudo sob o comando do Chefe de Divisão Jesuíno Lamego da Costa.⁵⁴ Lá, a Esquadra fez uma série de exercícios, mas foi apenas uma demonstração do que seria possível, não tendo sido necessário seu emprego em operações de guerra. Depois disso, a Esquadra montada para as operações foi enviada para diversos portos do Império, atuando na repressão ao tráfico e outras funções.

A grande fortificação prevista para o Sul da Província de Mato Grosso não foi feita e mesmo o forte existente em Coimbra não recebeu novos armamentos devido à restrição de transporte de material bélico pelo Rio Paraguai. Na verdade, o envio das modernas espingardas raiadas Minié – que foi feito por terra chegou até a prejudicar a defesa, sem haver estoques de munição para elas, apenas para as armas de alma lisa que se usa-

vam até 1858, a defesa do Forte de Coimbra – ficou inviabilizada quando os paraguaios efetivamente atacaram, em 1865.

Aparentemente o assunto dos planos de ataque se encerraria com o tratado de comércio e navegação – e essa foi a posição da historiografia, que preferiu ignorar os grandes esforços militares de 1858, resumindo tudo à questão do acordo diplomático. Consideramos isso muito curioso, pois os preparativos para a guerra não foram secretos ou mesmo ocultos, eles constam de uma série de documentos públicos, como os relatórios dos presidentes de província e dos ministros da Guerra e Marinha, além das atas do parlamento e da Imprensa em geral.

Mas, então, fica a pergunta: teria a questão se encerrado no campo das discussões diplomáticas? Não podemos dizer que sim. Apesar de ser apenas uma hipótese, já que não temos documentos sobre isso, parece certo que os eventos de 1850, 1855 e 1858 criaram um sentimento de profunda desconfiança no Governo paraguaio sobre as intenções de seus vizinhos – Brasil e Argentina –, considerando a autorização do Governo de Buenos Aires para o trânsito de tropas e navios por seu território. A falha brasileira em sequer tentar resolver o problema de fronteiras em 1862, findo o prazo de seis anos estabelecido em 1856, certamente não ajudou a apaziguar os ânimos paraguaios.

Dessa forma, cremos ser evidente que o gigantesco aumento do Exército paraguaio, que no período de Francia era de 4.000 homens⁵⁵, passando a mais de 70.000⁵⁶ (um crescimento de 1.700% ou cerca de seis vezes o tamanho de todo o Exército Imperial em 1863 pode ser associado a essa situação de receio e desconfiança. Também de forma que pode ser ligada aos eventos de 1857/1858, há a compra da Canhoneira *Paraná*, bem como o programa de rearmamento do Exército paraguaio – este último não foi estudado, mas é fato que o Exército de López teve equipamentos para toda sua Força, bem como peças de artilharia de grande porte, canhões de 68 e 80 libras, o que só se explica com maciças compras de armas, aquisições que não eram justificáveis antes, como é o caso dos canhões pesados, já que o Paraguai antes não tinha

nem navios ou fortes onde essas peças pudessem ser empregadas.

Do ponto de vista do Brasil, os preparativos para a guerra poderiam servir de lição, das dificuldades de uma guerra contra o Paraguai, de características muito diferentes das operações que tinham sido encetadas no Uruguai e Argentina antes. Não foi o caso. A mobilização para a defesa do Mato Grosso foi muito mais lenta e ineficaz do que o previsto – por exemplo, o Esquadrão do Goiás, enviado para lá e que deveria ter 400 homens, marchou com apenas 128.⁵⁷ Dois anos depois do incidente, um parlamentar comentava que não sabia como tinha se dado a ordem do Corpo de Cavalaria da província ir até Corumbá “sem que tivessem as suas praças um cavalo para montar, sendo por isso obrigados a carregarem os arreios às costas”.⁵⁸

O presidente da Província do Mato Grosso também foi muito crítico do esforço de feito na região:

Naquele tempo correram as coisas de modo a que felizmente não houve necessidade nem ocasião de conhecer-se, pela prática, quanto tinha de falível este cálculo, mas ainda assim mostrou a experiência que só desfalcados, e com excessiva demora, puderam aqui chegar os diversos contingentes que marcharam da Corte e outros lugares.⁵⁹

O uso de tropas indígenas, que era parte do plano de operações, podia de certa forma ser justificada, pois o Brasil tinha conseguido usar aliados indígenas em diversas ocasiões, como no controle das ações paraguaias em 1850,⁶⁰ e no risco de guerra de 1855,⁶¹ mas o Presidente da Província, Herculano Ferreira Pena, ao comentar a questão em 1862, tinha reservas bem razoáveis sobre o seu emprego:

O auxílio dos Índios, que habitam a fronteira, tem sido preconizado por algumas pessoas que, não conhecendo de perto a essa gente, exageram o seu número, seu valor e sua dedicação; mas o Governo Imperial já deve estar

bem-informado a este respeito, e ciente de quanto é pouco eficaz, precário e até duvidoso semelhante auxílio.

(...)

Hoje não há razão de esperar que sejam mais bem-sucedidos os que tiverem de vir, nem menos difícil para não dizer impossível o alistamento de 600 Índios, e mais 763 voluntários, que se apresentem efetivamente para o serviço das armas, sendo entretanto inquestionável que Governo do Paraguai poderá sempre com muito maior facilidade reforçar as tropas que tiver na fronteira.⁶²

A conclusão do Presidente Ferreira Pena era muito crítica sobre a situação militar: se os paraguaios tentassem atacar a província, ele informava que o Forte de Coimbra e os navios da Estação Naval não seriam um “obstáculo insuperável”, concluindo que “uma guerra com o Paraguai na fronteira desta Província há de ser desastrosa para o Império”⁶³.

Tudo isso se confirmou em 1865: ao contrário do que tinha acontecido sete anos antes, as Forças da Província de Mato Grosso estavam dispersas e despreparadas, sendo facilmente esmagadas pela imensa superioridade numérica paraguaia. Não se conseguiu um efetivo apoio indígena e, quando se tentou o envio de reforços por terra, a expedição levou meses para chegar à província, sendo facilmente derrotada pelos paraguaios e pela carência de suprimentos causada pela dificuldade de comunicação, levando à famosa “Retirada da Laguna”.

Dessa forma, apontamos que, a nosso ver, os eventos de 1858 são importantes para entender o que aconteceu no início da Guerra do Paraguai: o Brasil pensou no uso da Força Armada com objetivos que se encerrariam com o sucesso diplomático. Isso não foi visto da mesma forma pelos paraguaios. Podemos até conjecturar que ser obrigado a negociar à força de armas tenha sido humilhante para o Governo de López.

O que a documentação deixa evidente é que nas duas ocasiões em que houve preparos para uma guerra, 1855 e 1858, a intenção do Brasil não era realmente provocar

um conflito armado, e sim conseguir seus objetivos limitados e imediatos. Isso é bem evidente pelo fato das exigências não prejudicarem de forma alguma o Paraguai e nem serem impossíveis de atender, como reconhecia o próprio Presidente López.

O Primeiro-Ministro da China Zhou Enlai (1898-1976), parafraseando Clausewitz, uma vez disse que “toda a diplomacia é a continuação da guerra por outros meios”. O Brasil atuou nessa linha, de associar diplomacia à guerra. Entretanto, o Paraguai, ao tentar usar a ameaça de Força Militar como instrumento diplomático, com o *ultimatum* dado ao Brasil em 1864 para sair do Uruguai, agiu de forma muito mais desastrosa e amadora: na situação, o Brasil não tinha como paralisar suas operações no Uruguai. Mais importante, o Império, nas duas ocasiões que usou as Forças Armadas como ferramenta diplomática, deixou claro que estava disposto a fazer a guerra e que tinha meios para alcançar seus objetivos – de outra forma, a ameaça poderia ser desconsiderada. O Presidente López, ao emitir seu *ultimatum*, não tomou o mesmo cuidado.

Considerando que ele não conseguiu a autorização para atravessar a Argentina para atacar o Brasil, a ameaça paraguaia não podia ser vista como séria, tornando o ultimato aparentemente inócuo.

Certamente, o uso de força não é a maneira adequada para negociar problemas entre países, podendo ser muito contra-producente, a longo prazo, como cremos ter sido em 1855 e 1858. Mas pode ter bons resultados em curto prazo, como o Brasil conseguiu em 1858. Atuar como o Paraguai fez, sem saber – ou ter meios para – usar a ferramenta militar-diplomática, foi fatal para aquele país, destruído em uma guerra que não tinha como vencer.

Por sua vez, o Brasil, que intensamente usou suas Forças Armadas como ferramenta diplomática, intervindo no Uruguai em 1852, 1854 e 1864, bem como no Paraguai em 1855 e 1857, não mais fez isso de forma aberta depois da Guerra do Paraguai. Não podemos deixar de pensar que um dos motivos da mudança de forma de atuação foi a percepção dos riscos que podiam ocorrer do uso ostensivo da força como meio diplomático.

NOTAS

¹ SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata: até 1865*. Rio de Janeiro: Branda, 1955. p. 163.

² MELLO, Raul Silveira de. O incidente de Fecho dos Morros em 1850: um capítulo da história do Forte de Coimbra. Defesa Nacional, nº 482. Rio de Janeiro, setembro de 1954. p. 78.

³ TRATADO de aliança defensiva celebrado em Assumpção aos 25 de dezembro de 1850, entre o Brasil e a República do Paraguai, http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1850/b_24/ (acesso em agosto de 2016).

⁴ OFÍCIO do Ministro Benito Varela al Encarregado de Negócios brasileiro Felipe José Pereira Leal. Assunção, 26 de fevereiro de 1853. ALCALÁ, Guido Rodríguez & ALCÁZAR, José Eduardo. *Paraguay y Brasil: documentos sobre las relaciones binacionales 1844-1864*. Asunción: Tiempo de Historia, 2007. p. 209.

⁵ WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de La Triple Alianza*. Vol. I. Asunción: Santillana, 2010. p. 103.

⁶ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. vol. 1, p. 83.

⁷ BRASIL – Arsenal de Guerra. *Ofício do diretor do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, Jeronimo Francisco Coelho, ao Ministro da Guerra, Pedro d'Alcantara Bellegarde, sobre fornecimentos ao Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira*, 22 de dezembro de 1854. Mss. Arquivo Nacional.

⁸ Existe outra relação de navios, indicando 35 embarcações na expedição do Chefe de Esquadra Pedro Teixeira, mas esta apresenta algumas discrepâncias, inclusive um navio que não existia na Armada, de forma que preferimos usar a lista publicada por Tasso Fragoso, TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. Uma estratégia contestada: a Missão Imperial ao Paraguai em 1854-1855. *Revista Brasileira de História Militar*, ano II, nº 6, dezembro de 2011. pp. 5-6.

⁹ BRASIL – Decreto 1578 de 10 de março de 1855. *Cria duas colônias militares na Província de Mato Grosso*.

¹⁰ PENA, Herculano Ferreira. *Reservadíssimo sobre a situação da fronteira do Mato Grosso com o Paraguai*. Herculano Ferreira Pena, *presidente de província ao ministro de estrangeiros, Marquês de Abrantes*. 29 de setembro de 1862. Mss. Arquivo Nacional.

¹¹ Em 1851 o Governo da província decidiu terminar o transporte de quatro canhões de 24 libras enviados do Pará, cada um pesando 1.400 kg, que tinha sido interrompido desde 1830 devido às dificuldades para movê-los por terra desde o Guaporé. Foram necessários 50 homens, cem bois e alguns outros animais de carga para terminar a tarefa. RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa de Mato Grosso pelo Ex.^{mo} Conselheiro Herculano Ferreira Pena, em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Tipografia do Mato Grosso, 1864. p. 84.

¹² O transporte de cada arroba (c. 15kg) de carga do Rio para o Mato Grosso custava 16.000 réis, o que seria equivalente, em valores de hoje, a 26 reais, por cada quilo transportado. Cf. AVISO do Ministro Jerônimo Francisco Coelho ao diretor do Arsenal de Guerra Alexandre Manoel Albino de Carvalho. 28 de maio de 1858. Mss. Arquivo Nacional.

¹³ Ver: TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. “A primeira guerra do Paraguai”. *História Viva*, v. 100, p. 85.

¹⁴ LÓPEZ, Carlos Antonio. Instrucciones a José Berges enviado plenipotenciario ante el Gobierno del Brasil. Asunción, 6 de diciembre de 1855. IN: ALCALÁ, *op. cit.* p. 292.

¹⁵ *id.*, p. 295.

¹⁶ LÓPEZ, Carlos Antônio. Instrucciones reservadas del Presidente López al ministro plenipotenciario paraguayo José Berges. Asunción, 24 de diciembre de 1855. IN: ALCALÁ, *op. cit.*, p. 298.

¹⁷ RELATÓRIO da repartição dos negócios estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Visconde de Maranguape. Rio de Janeiro: Laemmert, 1858. pp. 29 e segs.

¹⁸ O ARGOS da Província de Santa Catarina. 3ª ano, nº 252. Desterro [Florianópolis], 23 de fevereiro de 1858.

¹⁹ OFÍCIO del Ministro paraguayo Nicolás Vázquez al enviado extraordinário brasileño, José Maria do Amaral. Pergunta sobre el cargamento del vapor de guerra brasileiro *Paraguassu*, que supostamente conduce a Mato Grosso un gran armamento. Asunción, 7 de abril de 1857. IN: ALCALÁ, *op. cit.*, p. 312.

²⁰ Na documentação pesquisada, a única referência que encontramos ao uso do *Paraguassu* como transporte foi o OFÍCIO de João José da Costa Pimentel, brigadeiro, diretor interino, ao Ministro Marquês de Caxias, datado de 14 de abril de 1856 (Mss. Arquivo Nacional), tratando da condução do 2ª Batalhão de Artilharia a Pé, sem canhões, da Bahia para o Mato Grosso.

²¹ Citado por FRAGOSO, *op. cit.* p. 89.

²² Citado em http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1367343615_ARQUIVO_ABRIAEvolucaoDaQuestadaoDelimitesnasRelacoesentreBrasilParaguai1822a1864REV_1_.pdf (acesso em agosto de 2016).

²³ FRAGOSO, *op. cit.* p. 91. Apud. PARANHOS, José Maria da Silva. Ata da sessão do Senado de 11 de julho de 1862.

²⁴ AVISO do Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho ao diretor do Arsenal de Guerra Coronel do Estado-Maior de 1ª Classe Alexandre Manoel Albino de Carvalho, sobre o preparo de armamento. 19 de setembro de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

²⁵ RELAÇÃO do armamento que, por Aviso desta data, manda-se remeter para a Província de Mato Grosso. Libânio Augusto da Cunha Matos, secretário do Ministério da Guerra. 22 de setembro de 1857.

²⁶ COELHO, Manoel G. S. secretário da 1ª Seção da Repartição de Quartel Mestre General. *Nota dos objetos que o Arsenal de Guerra da Corte falta prontificar para satisfazer os pedidos dos Corpos abaixo mencionados, mandados fornecer pela Secretaria de Estado, extraída das relações ministradas pelo dito Arsenal em data de 15 do corrente mês*. 27 de janeiro de 1858. Mss. Arquivo Nacional.

²⁷ NOTA das armas de fogo portáteis, que têm sido remetidas às províncias abaixo mencionadas, conforme foi ordenado por Portaria nº 231 de 13 e ofício da 1ª Diretoria de 11 de Março de 1861. Mss. Arquivo Nacional.

²⁸ AVISO do Ministro Jerônimo Francisco Coelho ao diretor do Arsenal de Guerra Alexandre Manoel Albino de Carvalho. 28 de setembro de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

²⁹ AVISO do Ministro Jerônimo Francisco Coelho ao diretor do Arsenal de Guerra Alexandre Manoel Albino de Carvalho. 6 de novembro de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

³⁰ COELHO, Jerônimo Francisco. *Nota da quantidade e qualidade de armamento, equipamento, pólvora e outros objetos cuja compra ou ajuste se encarrega de fazer na Europa o Major de Engenheiros Francisco Primo de Sousa Aguiar*. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

³¹ OLIVERIO, Luiz Maria de Mello. *Estudo sobre as armas de fogo portáteis ou catecismo do atirador*. Rio de Janeiro: Escola de Serafin José Alves, 1880. p. VIII.

³² RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Ex. Conselheiro Herculano Ferreira Pena em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Tip. do Mato Grosso, 1862. p. 61.

³³ O relatório do ministro da Marinha de 1858 informa que o navio tinha 2.800 toneladas, o que certamente está errado. O *Tamandahy* tinha 35 tripulantes, um canhão de 6 libras, casco de ferro e 16 cavalos de motor, com propulsão por rodas. Foi um marco da engenharia brasileira, tendo sido feito no estaleiro de Miers & Maylor, no Rio de Janeiro, por 20 contos de réis (cerca de oito milhões de dólares de hoje). Calava apenas 1,22m a ré e 1,04m a vante, para poder navegar bem em rios.

³⁴ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha, José Antônio Saraiva. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1858. p. 6.

³⁵ *id.* p. 12.

³⁶ RELAÇÃO dos objetos mandados fornecer à Província de Mato Grosso, com declaração dos que estão prontos. Secretaria do Arsenal de Guerra, 15 de fevereiro de 1858. Elias Afonso Lima. Mss. Arquivo Nacional.

³⁷ RELAÇÃO dos africanos livres recebidos da casa de correção com destino para Mato Grosso, a 23 de novembro do ano próximo passado, em virtude das ordens de V. Ex.^a o Sr. Ministro da Guerra, e portaria nº 1088 de 25 do dito. Arsenal de Guerra, 18 de janeiro de 1858. O Encarregado Estevão José de Fleury. Mss. Arquivo Nacional.

³⁸ RELAÇÃO (15 de fevereiro de 1858), *op. cit.*

³⁹ MENDONÇA, Belarmino de. Fábrica de Pólvora de Coxipó do Ouro. *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia da Revista do Exército Brasileiro, 1887. 6^o Ano. p. 50.

⁴⁰ AVISO do Ministro Jerônimo Francisco Coelho ao diretor do Arsenal de Guerra Alexandre Manoel Albino de Carvalho. 26 de setembro de 1857. Mss. Arquivo Nacional.

⁴¹ RELATÓRIO do Arsenal de Guerra da Corte, de Manoel Albino de Carvalho, o diretor, ao Conselheiro José Maria da Silva Paranhos. 31 de janeiro de 1859. Mss. Arquivo Nacional.

⁴² OFÍCIO reservadíssimo. *Op. cit.*

⁴³ RELATÓRIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1^a Sessão da 8^a Legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858. p. 67.

⁴⁴ *Id.* p. 68.

⁴⁵ BRASIL – Lei nº 602, de 24 de setembro de 1850. *Dá nova organização à Guarda Nacional do Império*. Artigo 118.

⁴⁶ RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1852. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1853. p. 10.

⁴⁷ RELATÓRIO do presidente da província de Mato Grosso, Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa em 3 de maio de 1858. Cuiabá, Noturno Cuiabano, 1858. p. 9.

⁴⁸ OFÍCIO reservadíssimo, *op. cit.*

⁴⁹ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Visconde de Abaeté. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859. p. 3 Os navios seriam os seguintes: *Anhambaí, Parnahyba, Araguay, Araguaia, Iguatemy, Ivaí, Mearim, Tiete, Ibicuí, Tietê*, celebrando nomes de rios.

⁵⁰ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Barão de Cotegipe. Rio de Janeiro: *Diário do Rio de Janeiro*, 1869.

⁵¹ RELATÓRIO (Marinha), 1859, *op. cit.* p. 3.

⁵² OFÍCIO do Marechal de Campo Francisco Felix da Fonseca Pinho ao Conselheiro e General Jerônimo Francisco Coelho, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, informando da dissolução do Corpo de Exército de Observação. São Gabriel, 1^o de maio de 1858. Mss. Arquivo Nacional.

⁵³ RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Silva Ferraz, 22 de abril de 1859. s.n.t. p. 1.

⁵⁴ O ARGOS da Província de Santa Catarina. 3^o ano, nº 378. Desterro [Florianópolis], 16 de dezembro de 1858.

⁵⁵ Efetivo do Exército paraguaio em 1840: WHITE, Richard Alan. *Paraguay's autonomous revolution: 1810-1840*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. p. 208.

⁵⁶ PARAGUAY – *Resumen del estado que manifiesta la milicia efectiva a las villas y partidos*. Asunción, 17 de janeiro de 1863. Mss. Biblioteca Nacional (microfilme).

⁵⁷ OFÍCIO reservadíssimo, *op. cit.* e AVISO (19 de setembro de 1857), *op. cit.*

⁵⁸ FALA do Sr. Deputado Peixoto de Azevedo, na sessão de 25 de junho de 1860. IN: ANAIS do parlamento brasileiro – câmara dos Srs. Deputados. Quarto ano da Décima legislatura. Sessão de 1860. Tomo I. Rio de Janeiro: Villeneuve & c. 1860. p. 322.

⁵⁹ OFÍCIO reservadíssimo, *op. cit.*

⁶⁰ SILVEIRA DE MELLO. O incidente de Fecho dos Morros em 1850: um capítulo da história do Forte de Coimbra. *A Defesa Nacional*, setembro de 1954, nº 482. p. 82.

⁶¹ Quando o Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira foi enviado ao Paraguai, o Governo alertou o Mato Grosso sobre um possível ataque paraguaio e se mobilizaram 400 Gaicurus para a defesa da Província. Fala do Sr. Deputado Peixoto de Azevedo, na sessão de 23 de julho de 1860. IN: ANAIS do parlamento brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados. Quarto ano da Décima legislatura. Tomo 2. Sessão de 1860. Rio de Janeiro: Villeneuve & c. 1860. p. 252.

⁶² OFÍCIO reservadíssimo, *op. cit.*

⁶³ *Id.*